

# **REPERCUSSÕES DO FUNDEF/FUNDEB NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARÁ**

---

*Fabrcio Carvalho*

Universidade Federal do Pará  
ICED/UFP

## *RESUMO*

Este artigo tem, por objetivo, analisar as repercussões do FUNDEF/FUNDEB na formação dos profissionais do magisterio da rede estadual de ensino de educação básica do Pará (1996 a 2009). Configura-se como uma análise de políticas públicas, tendo como foco o exame das implicações da política de fundos para a materialização da valorização docente no Estado. A pesquisa permitiu concluir que, com o estímulo financeiro, ainda que mínimo proporcionado pelo FUNDEF/FUNDEB, aliado às políticas estaduais implementadas, houve uma tendência ao longo do período de redução do número de professores leigos. Embora se perceba aumento no número de professores com o ensino superior, os mesmos não possuíam formação em licenciatura, o que também se configura como um grave problema para a educação básica do Pará.

*Palavras-chave:* FUNDEF/FUNDEB. Política de Valorização Docente. Formação Docente

## *REPERCUSSIONS OF FUNDEF/FUNDEB IN QUALIFICATION OF TEACHERS IN EDUCATIONAL NETWORK OF THE STATE OF PARÁ*

### *ABSTRACT*

The objective of this study is to analyze the repercussions of FUNDEF/FUNDEB in qualification of professionals in the basic educational teaching network of the State of Pará (1996 to 2009). It is configured as an analysis of public policies, having as focus the examination of the fund policy implications for materialization of teaching valorization in the State. The survey came to the conclusion that, with the financial incentive even if minimum, provided by FUNDEF/FUNDEB, together with the state policy which was implemented, there was a trend for

reduction of quantity of teachers without expertise. Although an increase it can be noted in number of teachers in relation to college degree, these teachers have no qualification in graduation, which represents a serious problem for the basic education of the State of Par.

*Keywords:* FUNDEF/FUNDEB. Teaching Valorization Policy. Teaching Qualification

## *Introduo*

Conforme disposto tanto na Lei do FUNDEF (Nº 9.424/1996, art. 7º § único) como na Lei do FUNDEB (Nº 11.494/2007, art. 22), resguardadas as suas respectivas abrangncias (ensino fundamental e depois toda a educao bsica), no mnimo 60% dos recursos do Fundo deveriam ser utilizados na remunerao dos profissionais do magistrio em efetivo exerccio na rede pblica de ensino. A lei do FUNDEF, especificamente, permitia a utilizao de partes desses recursos na capacitao de professores leigos, durante os cinco primeiros anos de vigncia do fundo. De acordo com sua poltica e necessidade, caberia ao governo estadual avaliar a situao de seu quadro docente e realizar a formao dos mesmos, de modo a habilit-los ao exerccio regular da profisso.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar as repercusses da poltica de fundos (FUNDEF e FUNDEB) para a consolidao da valorizao docente na realidade educacional paraense, a partir do indicador Formao do professor. A anlise da repercusso da poltica de fundos na valorizao docente a partir deste indicador foi realizada com base nos dados estatsticos acerca da formao dos professores antes e depois da poltica de fundos, a partir da anlise dos gastos realizados na capacitao de professores leigos e na formao dos profissionais do magistrio e com base nas informaes coletadas por meio de entrevistas.

## *Do FUNDEF ao FUNDEB na rede estadual de ensino: a formao do professor em questo*

Um objetivo importante que o FUNDEF e FUNDEB tentaram atingir foi o de valorizar os profissionais do magistrio. Uma das formas de se conseguir isso seria investindo na formao e capacitao dos professores. Uma

observaço atenta dos dados relacionados ao nmero de funes docentes fornecidos pelo Ncleo de Planejamento, Pesquisa, Projetos e Avaliao Educacional (NUPAE) da Secretaria Adjunta de Ensino da SEDUC/PA<sup>i</sup>, nos ajudar a identificar que tendncia o FUNDEF e o FUNDEB conseguiram implementar.

**Tabela 1** - Nmero de funes docentes na Rede Estadual de Ensino de Educao Bsica do Par - 1996 a 2009

Srie histrica	Total no estado	Nº indice 1996=100	Rede estadual	Nº indice 1996=100	%/total	
	1996	71.534	100,0	37.605	100,0	52,6
FUNDEF	1997	74.860	104,6	36.483	97,0	48,7
	1998	73.546	102,8	29.601	78,7	40,2
	1999	81.865	114,4	30.863	82,1	37,7
	2000	85.128	119,0	27.729	73,7	32,6
	2001	90.749	126,9	28.113	74,8	31,0
	2002	95.381	133,3	29.052	77,3	30,5
	2003	96.651	135,1	29.156	77,5	30,2
	2004	99.022	138,4	28.779	76,5	29,1
	2005	103.491	144,7	29.234	77,7	28,2
FUNDEB	2006	105.507	147,5	29.211	77,7	27,7
	2007	70.349	98,3	14.565	38,7	20,7
	2008	77.648	108,5	17.774	47,3	22,9
	2009	79.080	110,5	16.468	43,8	20,8

Fonte: Ncleo de Planejamento, Pesquisa, Projetos e Avaliao Educacional (NUPAE), Secretaria Adjunta de Ensino da SEDUC/PA (1996 a 2009)

Para anlise desses dados, vale esclarecer que a definio de funo docente admite que um professor possa ser contado mais de uma vez no exercicio de suas atribuies como regente de classe, na medida em que a produo da informao estatstica focalize cortes ou estratos especficos como turmas, etapas/modalidades de ensino, dependncia administrativa (federal, estadual, municipal ou privada), unidade da Federao etc.

Assim, durante o perodo em anlise, e possvel perceber que enquanto o Par registrou um aumento mdio de 23,8% no nmero de funes docentes na educao bsica, a rede estadual apresentou queda mdia de 29,0%. Em 1996, um ano antes da implantao do FUNDEF no Par, a rede estadual de ensino respondia por mais da metade (52,6%) das funes docentes no estado. Dez anos depois, em 2006, passa a responder por apenas 27,7%. Em 2007, com a mudana do FUNDEF para o FUNDEB, a rede estadual permanece respondendo por bem menos da metade do total de funes docentes do estado ao longo dos trs primeiros anos de vigncia do FUNDEB. O FUNDEF, aliado a estratgia poltica descentralizadora e o processo de municipalizao, adotados pelos governos Almir e Jatene, contriburam para a reduo das funes docentes da educao bsica na rede estadual de ensino ao longo da srie histrica analisada.

Quanto à formação dos professores da educação básica, ao longo do período em estudo, os dados da Tabela 2 apresentam a seguinte situação:

**Tabela 2** - Número de funções docentes da educação básica segundo o nível de formação na Rede Estadual de Ensino do Pará - 1996 a 2009

Série histórica	Total na rede estadual	Ensino fundamental		Ensino médio				Superior				
		Nº	%	Normal/magistério		Ens. médio		Com licenciatura		Sem licenciatura		
				Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
	1996	37.605	3.952	11,0	20.686	55,0	2.577	6,9	9.750	25,9	640	1,7
FUNDEF	1997	36.483	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1998	29.601	977	3,3	15.082	51,0	2.192	7,4	9.982	33,7	1.365	4,61
	1999	30.863	1.082	3,5	13.756	44,6	2.248	7,3	11.380	36,9	2.397	7,77
	2000	27.729	544	2,0	11.036	39,8	1.453	5,2	12.442	44,9	2.254	8,13
	2001	28.113	308	1,1	10.047	35,7	1.728	6,1	15.175	54,0	855	3,04
	2002	29.052	172	0,6	9.457	32,6	1.596	5,5	16.921	58,2	906	3,12
	2003	29.156	89	0,3	9.056	31,1	1.448	5,0	17.782	61,9	781	2,68
	2004	28.779	114	0,4	7.417	25,8	1.006	3,5	19.603	68,1	639	2,22
	2005	29.234	126	0,4	6.303	21,6	766	2,6	21.479	73,5	560	1,92
	2006	29.211	52	0,2	3.427	11,7	641	2,2	24.479	83,8	612	2,1
FUNDEB	2007	14.565	98	0,7	382	2,62	4.273	29,0	9.409	64,6	403	2,8
	2008	17.774	50	0,3	1.033	5,81	2.532	14,0	14.159	79,7	0	0
	2009	16.468	57	0,3	498	3,02	2.116	13,0	13.797	83,8	0	0

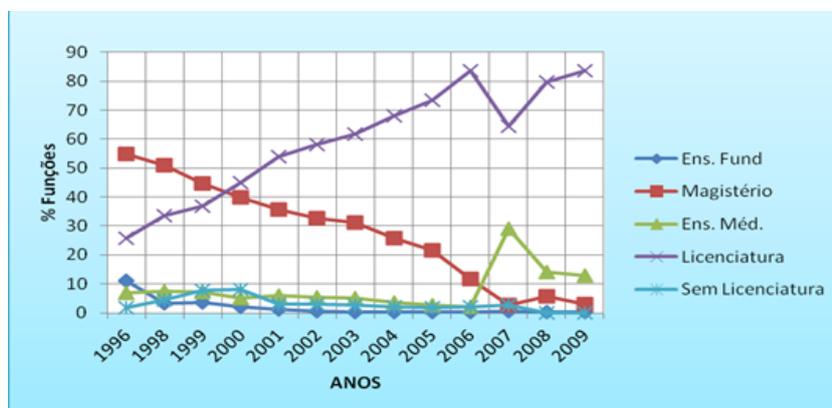
Fonte: Núcleo de Planejamento, Pesquisa, Projetos e Avaliação Educacional (NUPAE), Secretaria Adjunta de Ensino da SEDUC/PA - 1996 a 2009. (-) Dados não disponibilizados.

Como podemos observar, em 1996, antes do período de vigência do FUNDEF, o Estado do Pará contava com 37.605 funções docentes; destas, 11,0% dentre os docentes possuíam apenas o fundamental completo; 55,0% possuíam o ensino médio - magistério (a formação mínima permitida em lei para atuação na educação infantil e nas séries iniciais do fundamental é o ensino médio - magistério); 6,9% possuíam o ensino médio; apenas 25,9% possuíam ensino superior com licenciatura e 1,7% dos professores possuíam o ensino superior completo sem licenciatura. Em 1996, o quadro docente da educação básica da SEDUC era composto, em sua maioria, por professores com formação magistério, mas em nível de ensino médio.

Em 2006, último ano de vigência do FUNDEF, registra-se queda de 22,3% no número de funções docentes da rede estadual. Até este ano, o Estado possuía 29.211 funções docentes sendo que, deste total, apenas 0,2% ainda possuíam só o ensino fundamental; 11,7% possuíam a formação ensino médio na modalidade normal; 2,2% apenas o ensino médio; 83,8% possuíam o ensino superior completo com licenciatura e 2,1% possuíam o ensino superior completo sem licenciatura.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do nível de formação dos professores da rede estadual de ensino, no qual é possível observar que:

**Gráfico 1-** % de Funções Docentes da Educao Bsica segundo o Nvel de Formao na Rede Estadual de Ensino do Par - 1996 a 2009



**Fonte:** Núcleo de Planejamento, Pesquisa, Projetos e Avaliao Educacional (NUPAE), Secretaria Adjunta de Ensino da SEDUC/PA - 1996 a 2009. Elaborado pelo autor.

Embora tenha ocorrido aumento no percentual de professores com o ensino superior completo em cursos de licenciatura até o ano de 2006, a partir deste ano também houve um pequeno aumento do número de professores com ensino superior, mas sem licenciatura, o que também se configura como um problema para a educao no estado. Pois, segundo a LDB n 9.394/1996, so leigos os docentes em atuao na educao infantil e no ensino fundamental (até a 4 série) que no completaram o ensino médio na modalidade normal, ou os que no concluíram o ensino superior, em cursos de licenciatura e atuam no ensino fundamental de 5 a 8 série, ou no ensino médio. Portanto, so leigos os professores com formao de: ensino fundamental completo ou incompleto; ensino médio que no corresponda a habilitao magistrio ou curso normal; e curso de graduao que no seja Licenciatura (LDB n 9.394, 1996, Art. 62).

Durante os três primeiros anos de vigência do FUNDEB (2007 a 2009) h uma pequena variao para mais no número de funes docentes com o ensino fundamental e ensino médio, certa estabilizao no número de funes docentes com licenciatura e eliminao progressiva dos professores com ensino superior, mas sem licenciatura.

Com o estímulo financeiro proporcionado pelo FUNDEF, aliado às políticas nacionais, bem como a outras aes implementadas pelo estado visando a valorizao do magistrio, podemos afirmar que, no geral, houve uma tendência ao longo do período estudado no sentido de reduzir o número de professores leigos com apenas o ensino fundamental, da quantidade de

professores com ensino mdio magistrio e, conseqentemente, ampliao da quantidade de professores com licenciatura.

Em relao a repercusso do FUNDEF na formao dos professores da rede Estadual de ensino, o ex-presidente do CEE/PA, faz a seguinte avaliao (a partir dos dados de formao docente que trabalhou durante o perodo que esteve na SEDUC e a frente do CEE):

*[...] do ponto de vista quantitativo percebe-se o seguinte: no perodo em que comea o FUNDEF é onde o nmero dos professores que possuem formao superior mais cresce e é onde a curva do pessoal que tinha ensino mdio mais decresce você percebe isso porque antes elas andavam assim, com uma crescendo e outra decrescendo, mas quase paralela. Elas iam se encontrar muito longe, ento houve uma induo para que essa situao mudasse. Isso eu no tenho dvida! Agora eu ainda continuo questionando muito da qualidade do que é feito e, para entender isso a, você tem que entrar na proposta pedaggica dos cursos. O pessoal ainda trabalha muito os modelos da capital no interior, monta a proposta e a s trabalha de forma concentrada o contedo que é dado aqui em quatro meses, em oito dias dez dias [...] acho que isso é uma falha; ento acho que é uma coisa complicada você pegar o professor que est fora de um banco de escola por 20 anos, 15, 10 e colocar ele oito horas diárias de contedo na cabea, é muito contedo para pouco tempo (Entrevistado 1 - CEE).*

Na mesma direo, a coordenao do SINTEPP, embora reconhea o avano da formao dos professores do estado em termos numéricos, questiona a qualidade da formao recebida ao afirmar:

*A avaliao é meio positiva. Mas ainda assim temos dificuldade porque o que aconteceu, foi que o FUNDEF favoreceu as universidades particulares, que era a UNAMA e as outras Faculdades que surgiram [...] tais como as UVAS da vida que proporcionaram uma formao famigerada, sem compromisso com uma formao do ser humano para a educao [...] Cerca de 78 a 83% dos professores da rede municipal e estadual que tiveram formao superior cursaram faculdades particulares, no pblicas. [...] Por causa do barateamento dos cursos pelas faculdades privadas, poucos fizeram na federal ou na UEPA (Entrevistado 2- SINTEPP).*

Em funo das exigncias impostas pela LDB quanto a formao mnima necessria para atuao como professor da educao bsica e, em funo da possibilidade de utilizao de parte dos recursos do FUNDEF para o pagamento de cursos de formao de professores leigos durante os seus cinco

primeiros anos de vigência (até 2001), as despesas da função educação com capacitação de professores durante o período de 1996 a 2009 foram as seguintes:

**Tabela 3 - Despesas da função educação com capacitação de professores - 1996 a 2009**

Principais programas/ anos	Capacitação de prof. leigos*	Form. inicial e continuada de prof.*	Capacitação de prof. p/ a melhoria do magist.*	Capacitação de prof. de educação básica**	Capacitação de docentes p/ o desenvolvimento**	Capacitação de prof. do ensino ...	Capacitação e habilitação de prof. **	Formação inicial de professores de ...	Qualificação continuada de professores**	Total programas	Total geral educação
1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050.797.261
1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	906.838.117
1998	3.515.532,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.515.532,85	1.321.304.600
1999	2.491.984,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.491.984,92	1.108.628.464
2000	3.194.687,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.194.687,42	995.999.274
2001	3.165.687,76	161.881,23	32.833,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.360.404,10	1.189.871.698
2002	11.304.967,23	91.232,24	3.413,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.401.632,54	1.197.896.375
2003	6.081.143,85	60.985,68	67.128,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.209.260,35	934.998.483
2004	0,00	0,00	0,00	14.182,48	89.451,44	7.225,14	4.383.406,87	0,00	0,00	4.484.165,94	946.046.613
2005	0,00	0,00	0,00	8.735,52	139.720,17	15.837,61	3.489.060,98	0,00	0,00	3.633.354,28	927.791.086
2006	0,00	0,00	0,00	106.755,18	46.628,31	219.702,14	605.265,36	0,00	0,00	978.350,99	1.045.361.847
2007	0,00	0,00	0,00	208.565,70	68.781,37	83.205,81	0,00	0,00	0,00	360.552,88	1.280.629.906
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383.436,11	4.309.078,36	4.692.514,47	1.509.928.082
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.620.723.766

Fonte: SEFA - PA. Balanço Geral do Estado - 1996 a 2009 (Despesa Liquidada). Valores atualizados com base no INPC/IBGE de 05/2010.

Notas: (\*) Despesas realizadas com os recursos do "Programa /subfunção Ensino Fundamental".

(\*\*) Despesas realizadas com os Recursos do "Programa/subfunção Formação de Recursos Humanos".

Como podemos notar, em 1996 e 1997, não houve registro de gastos em formação de professores no Pará. Mas, a partir do segundo ano de vigência do FUNDEF (1998) no estado, até o ano 2003 foram investidos recursos da função educação com a capacitação de professores leigos. No período de 1998 a 2000, os gastos realizados com formação de professores foram destinados exclusivamente para este tipo de capacitação. Do total de recursos investidos em capacitação, 94,2%, 99,2% e 97,9% foram gastos com "capacitação de professores leigos" nos anos 2001, 2002 e 2003, respectivamente. Nos anos subsequentes (2004 a 2009), os recursos destinados à capacitação passaram a ser destinados a outros tipos de formação e capacitação docente, conforme especificado na tabela. Durante estes anos, não foi mais encontrado nenhum programa/subfunção com a nomenclatura "leigo", embora se possa subentender, a partir das demais nomenclaturas analisadas, que a formação do professor leigo esteja contemplada nas mesmas.

Conforme evidenciado pelos dados da Tabela 3, embora só a partir da implantação do FUNDEF (mais precisamente a partir de 1998) se comece a dar atenção maior ao problema da "pouca" formação dos professores que compõem a rede estadual de ensino, com registros de investimentos em sua capacitação,

esta é uma dimensão dos gastos em educação que as autoridades políticas, governamentais e os movimentos sociais da categoria precisam dar mais atenção no sentido de estimular a ampliação dos gastos na rea. Pois, os gastos em capacitação/formação ficaram abaixo de 1% ao longo da maioria dos anos da série histórica analisada.

Mesmo com o início do FUNDEB em 2007, não houve ampliação das despesas com formação/capacitação de professores. Nos anos 2007 e 2008 os gastos em formação continuaram muito abaixo de 1%, em relação aos gastos totais do governo com a função educação. Em 2009, não foram registrados gastos em nenhuma das nomeclaturas relacionadas a formação (dentro da função educação) nos relatórios de balanço do estado.

### *Política de formação de professores da rede estadual – (1996 a 2009)*

Como parte da política de formação e valorização do magistério desenvolvida durante o governo Almir Gabriel, surge no cenário estadual (em 1998) o “Programa de Capacitação e Habilitação de Professores Leigos”<sup>ii</sup>, coordenado pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e pelo Centro de Treinamento de Recursos Humanos “Prof. Arthur Porto” (CTRH) da SEDUC, cujo principal objetivo foi o de capacitar recursos humanos que atuavam no exercício do magistério da rede pública de ensino do Pará. A elaboração deste programa foi precedida pela realização de um “estudo diagnóstico” da situação dos professores (em termos de formação)<sup>iii</sup> realizado pela DRH/SEDUC em 1997 e 1998. Segundo este diagnóstico, foi identificada a seguinte demanda de professores leigos, classificados em cinco categorias:

**Tabela 4** - Pará: demanda de professores leigos da Rede Pública de Ensino – 1997 e 1998

Categoria	Nº de professores	Tipo de formação necessária para habilitação ao magistério
Ens. fund. Incompleto	527	Completar o ensino fundamental; Ens. médio – magistério e/ou licenciatura
Ens. fund. Completo	965	Ens. médio – magistério e/ou licenciatura
Ens. médio sem magistério	120	Complementação pedagógica e/ou licenciatura
Ens. superior sem licenciatura	487	Complementação pedagógica e/ou licenciatura
Ens. médio sem licenciatura	3.000	Curso de licenciatura
<b>Total</b>	<b>5.099</b>	

**Fonte:** SEDUC-PA/CTRH – Relatório Final do Programa e Habilitação de Professores Leigos (2006)

A partir das informaes obtidas pelo “estudo diagnstico”, foram estabelecidos os seguintes objetivos especficos para o programa de formao:

Qualificar professores das escolas de Ensino Fundamental – sries iniciais; habilitar professores das escolas de Ensino Fundamental – sries finais; proporcionar aos professores complementao pedaggica, visando habilit-los em nvel de ensino mdio – modalidade normal; proporcionar aos professores complementao pedaggica, visando a habilitao em Licenciatura Plena; proporcionar aos professores formao em Licenciatura Plena; garantir aos professores uma formao fundamentada em referencial terico-prtico indispensvel a prtica pedaggica; possibilitar melhorias na qualidade do processo ensino-aprendizagem das Escolas de Ensino Fundamental e Mdio (PROPOSTA PEDAGGICA, 1998).

Estes objetivos especficos, por sua vez, orientaram a definio dos cursos ofertados que contaram com recursos do FUNDEF e do Tesouro do Estado ao longo de sua execuo e apresentaram as seguintes caractersticas, conforme demonstrado pelo Quadro 1:

**Quadro 1** - Demonstrativo dos cursos de capacitao de professores leigos do estado SEDUC/PA/CTRH – pagos com recursos do FUNDEF – 1998 a 2006

Nº de municpios-polo	Cursos	Nº de professores cursistas	Instituio responsvel
7 municpios-polo: Capanema, Itaituba, Mde do Rio, Marab, Marituba, Obidos, Viseu.	Curso I- Capacitao de professor leigo com fundamental incompleto	320	SEDUC/CTRH
20 municpios-polo: Afua, Almerim, Braganca, Cachoeira do Arari, Cameta, Capanema, Capitao-poço, Castanhal, Curua, Curua, Garrafao do Norte, Mde do Rio, Marab, Maracan, Marituba, Obidos, So Caetano de Odiveias, So Felix do Xing, So Sebastiao da Boa Vista e Viseu	Curso II- Capacitao de prof. leigo com fundamental completo em nvel de ensino mdio – magistrio/modalidade normal	770	DRH/CTRH/ SEDUC
61 municpios	Curso III- Complementao pedaggica dos professores com o ensino mdio completo em magistrio/modalidade normal	99	SEDUC/CTRH
-	Curso IV - Complementao pedaggica dos professores com o ensino superior completo em licenciatura plena	Não há registros sobre a sua execuo	SEDUC/CTRH/ UEPA
6 municpios-polo: Belm, Castanhal, Conceio do Araguaia, Santarem Soure e Salinopolis.	Curso V- Licenciatura plena em cincias naturais, histria, matemtica, geografia e letras aos professores com o ensino mdio completo	2.950	UEPA, UFPA, UNAMA
<b>TOTAL</b>		<b>4.139</b>	

**Fonte:** Secretaria Adjunta de Ensino/SEDUC-PA. CTRH – Relatório Final do Programa e Habilitao de Professores Leigos (2006)

O curso de capacitação destinado aos professores com o fundamental incompleto (Curso I) foi realizado durante o período de novembro de 1998 a julho de 1999 por intermédio do Departamento de Ensino Supletivo e do CTRH/SEDUC e teve apenas 320 alunos matriculados de uma demanda de 527. O curso II foi realizado durante o período de julho de 1998 a janeiro de 2003 (em seis etapas) através da DRH/CTRH/SEDUC e contou com 770 alunos matriculados de uma demanda de 965 que necessitavam desta formação. O curso III destinado aos professores que tinham o ensino médio completo, mas não na modalidade magistério, forneceu complementação pedagógica na área a apenas 99 alunos e foi executado em três etapas (julho de 1998 e janeiro e julho de 1999). Para este curso havia uma demanda de 120 alunos no total. O curso IV, com uma demanda de 487, visava fornecer complementação pedagógica aos professores que tinham formação em ensino superior mas sem licenciatura. Contudo, nos relatórios analisados não foram encontradas informações sobre a execução deste curso.

Quanto à Habilitação de Professores em Nível de Licenciatura (Curso V), este foi executado por meio de um consórcio interuniversitário entre a SEDUC e a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) - Contrato nº 280/2001-SEDUC; Universidade do Estado do Pará (UEPA) - Contrato nº 281/2001-SEDUC; e a Universidade da Amazônia (UNAMA) - Contrato nº 279/2001-SEDUC. Os cursos foram desenvolvidos no período de janeiro de 2002 a 2006 por etapas, durante as férias intervalares. Para a realização desses cursos, inscreveram-se 7.701 professores<sup>iv</sup>, mas foram aprovados apenas 2.950 alunos. Desse total, somente 2.500 concluíram o curso de graduação em nível superior (PARÁ, 2008).

Apesar do estímulo financeiro - ainda que mínimo - proporcionado pelo FUNDEF para a elaboração e execução de Políticas de Formação e Valorização Docente durante o período de 1998 a 2006, nem toda a demanda foi atendida e/ou concluiu os cursos de formação. Conforme já sinalizado neste texto (pela demanda de professores inscritos para processo seletivo nos cursos), o número de professores leigos do Estado se revelou bem superior ao divulgado pelo diagnóstico realizado pela DRH/SEDUC, em 1998. Assim, os problemas relacionados à formação dos professores e à presença de leigos na rede pública de ensino permanecem durante todo o período de vigência do FUNDEF e se estendem também para o período de vigência do FUNDEB.

Na avaliação do ex-dirigente do INEP e da UNDIME Nacional, a Política de Formação implementada durante esse período no estado e paga com recursos do FUNDEF,

*[...] impactou negativamente os salrios porque toda a formao foi paga com o dinheiro que, se no fosse gasto com formao, seria destinado ao salrio dos professores. [...] ento eu diria que uma consequencia, foi comprimir os salrios porque se usou parte dos salrios numa poltica que era reivindicada pelos professores e era atrativa. Porcm, digamos assim, uma boa parte desse recurso foi usado para a formao inicial, em convnios com faculdades particulares, pblicas. [...] ento eu diria que ajudou a diminuir o nmero de leigos e aumentar o numero de pessoas com licenciatura nesse perodo, mas com recursos que eram para o salrio. [...] ento o professor deixou de receber o dinheiro para financiar a sua formao. [...] Mas as pessoas no perceberam isso, receberam como uma benesse do poder pblico. (Entrevistado 3 – INEP- UNDIME Nacional).*

Com o intuito de resolver este problema, o governo Ana Jlia (2007 a 2010) por meio da SEDUC, desenvolveu o “Plano de Formao Docente do Estado do Par” (PARFOR – 2009 a 2014), como parte de sua Poltica de Formao e Valorizao Docente para qualificar os docentes que atuam na Educao Bsica no Par, tanto em nvel de graduao (formao inicial - Licenciatura) como de ps-graduao (formao continuada – *Lato Sensu* – aperfeioamento e especializao- e *Stricto Sensu* – mestrado e doutorado)<sup>v</sup>. Para elaborao e materializao das aes previstas no PARFOR, foi assinado o Protocolo de Cooperao entre a SEDUC-PA e as Instituies Pblicas de Ensino Superior (IES) do estado do Par (Instituto Federal de Educao Tecnolgica do Par (IFET- PA), a Universidade do Estado do Par (UEPA), a Universidade Federal do Par (UFPA) e a Universidade Federal Rural da Amaznia (UFRA)).

A elaborao do plano teve, como ponto de partida, a realizao de um diagnstico da qualificao dos profissionais que atuam na educao bsica no Par, observando-se a demanda por formao de professores em nvel superior e educao continuada nas redes municipal e estadual de ensino.

Para a realizao deste diagnstico, foram consultados os dados de funo docente do Educacenso/2007, em que foram constatadas as seguintes demandas de formao:

**Tabela 5 -** Demanda geral de professores (funções docentes) com formação incompatível com as funções exercidas, por URE<sup>vi</sup>

URE (municípios-polo)	Professores sem formação superior	Professores com licenciatura, mas não na disciplina em que atuam	Professores com nível superior, mas sem licenciatura
1. Bragança	1.634	660	133
2. Cametá	1.536	827	145
3. Abaetetuba	3.712	1.378	165
4. Marabá	4.440	2.003	263
5. Santarém	3.145	1.755	169
6. Monte Alegre	1.665	307	16
7. Óbidos	2.928	503	66
8. Castanhal	2.475	944	94
9. Maracanã	776	258	117
10. Altamira	2.570	1.048	111
11. Santa Izabel	2.095	695	209
12. Itaituba	1.691	443	72
13. Breves	997	718	132
14. Capanema	1.013	524	97
15. Conceição do Araguaia	953	1.169	175
16. Tucuruí	712	729	101
17. Capitão Poço	796	459	101
18. Mãe do Rio	1.015	1.015	145
19. Belém	4.342	4.690	981
20. Região das Ilhas	616	305	21
<b>TOTAL</b>	<b>39.101</b>	<b>20.430</b>	<b>3.313</b>

Fonte: Educacenso/2007 IN: Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará (2008)

A partir das informações da Tabela 5, pode-se perceber que são mais de 60.000 funções docentes com qualificação inadequada em todo o Estado (nas redes municipal e estadual), sendo que destes, quase 40.000 ainda não possuem curso superior. Levando em conta este diagnóstico, foram estabelecidas as seguintes metas para o PARFOR/PA:

- Oferecer cursos de licenciatura para adequar as funções docentes de, pelo menos, 60% dos 62.844 docentes que atualmente desempenham suas funções sem a formação inicial adequada, seja por formação inicial, segunda licenciatura ou formação pedagógica num prazo máximo de 8 anos.
- Estimular as IES públicas do Pará, em conjunto ou isoladamente, a propor cursos de graduação em modalidade mista (presencial e a distância) durante o ano de 2009, para todas as áreas de atuação da Educação Básica. (Governo do Pará, p. 29, 2008).

Como um primeiro passo para concretização das metas estabelecidas, durante os processos seletivos (2009 e 2010) do PARFOR foram ofertados cursos de graduação em Licenciaturas diferentes em vários municípios-polo do estado, conforme demonstrado sinteticamente na Tabela 6, a seguir.

**Tabela 6 - Número de vagas ofertadas e vagas preenchidas nos processos seletivos do PARFOR (2009 e 2010)**

Processo seletivo (ano)	Municípios-polo	Cursos ofertados	Nº de vagas ofertadas	Nº de vagas preenchidas	Instituição responsável
2009	Belém, Abaetetuba, Bragança e Cametá	Ciências Naturais, História, Matemática, Língua Portuguesa - Letras, Pedagogia, Biologia, Ciências da Religião, Informática, Educação Física e Geografia	889	889	UEPA, UFPA UFRA, IFPA
2010/1	Abaetetuba, Almerim, Altamira, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Breves, Bujaru, Cametá, Capanema, Capitão-poço, Canaã dos Carajás, Castanhal, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itaituba, Juruti, Marabá, Moju, Monte Alegre, Muaná, Novo Progresso, Pacajá, Paragominas, Parauapebas, Ponta de Pedras, Redenção, Salinópolis, Salvaterra, Santerém, Santana do Araguaia, São Sebastião da Boa vista, Tailândia, Tucumã, Tucuruí, Uruará.	Ciências Naturais, História, Matemática, Geografia, Letras Língua Portuguesa, Física, Sociologia, Língua Inglesa, Pedagogia, Educação Física, Computação, Biologia, Ciências da Religião, Filosofia, Letras/Espanhol, Ciências Bilógicas, Artes/Música, Letras/Inglês, Artes/Visuais/Dança/Teatro, Química.	7.045	6.249	UEPA, UFPA UFRA, IFPA
2010/2	Abaetetuba, Altamira, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Breves, Bujaru, Cametá, Capanema, Capitão-poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itaituba, Juruti, Marabá, Moju, Monte Alegre, Muaná, Novo Progresso, Pacajá, Paragominas, Parauapebas, Ponta de Pedras, Redenção, Salinópolis, Salvaterra, Santerém, Santana do Araguaia, São Sebastião da Boa vista, Tucuruí, Uruará.	Ciências Naturais, História, Matemática, Geografia, Letras Língua Portuguesa, Física, Sociologia, Língua Inglesa, Pedagogia, Educação Física, Computação, Biologia, Ciências da Religião, Filosofia, Letras/Espanhol, Ciências Bilógicas, Artes/Música, Letras/Inglês, Artes/Visuais/Teatro, Química.	2.170	2.123	UEPA, UFPA UFRA, IFPA
<b>TOTAL</b>			<b>10.104</b>	<b>9.261</b>	<b>04</b>

Fonte: <http://www.seduc.pa.gov.br/portal/resultadoPlanoFormacao> - Acesso em: 19 nov. 2010

De acordo com os dados fornecidos pela coordenação do PARFOR/PA, do total de vagas preenchidas no processo seletivo 2009 e 2010, apenas 334 (3,6% do total das vagas preenchidas) eram compostas por professores da rede estadual de ensino, tornando evidente, também, a presença de uma grande quantidade de professores leigos pertencentes às redes municipais de ensino.

Para a execuão desses cursos e de outros que ainda sero ofertados nos vrios municpios do estado durante um perodo de seis anos (2009 a 2014), foi estruturado um oramento com despesas totais previstas no valor de R\$ 221.111.800,00. Deste total, cerca de R\$ 162.911.800,00 (73,7%) esto previstos para serem financiados com recursos do Governo Federal, o restante (R\$ 58.200.000,00 – 26,3%) devera ser custeado pelo Governo Estadual com apoio dos governos municipais (GOVERNO DO ESTADO, 2008).

### *Consideraes Finais*

No que diz respeito as repercusses da poltica de fundos para a formao docente, foi possvel perceber que, com o estmulo financeiro, ainda que mnimo proporcionado pelo FUNDEF/FUNDEB, aliado as polticas nacionais, bem como a outras aes implementadas pelo estado do Par visando a valorizao do magistrio, houve uma tendncia ao longo desse perodo no sentido de reduzir o nmero de professores leigos com apenas o ensino fundamental e mdio. Embora se perceba aumento significativo no nmero de professores com o ensino superior completo, os mesmos no possuam formao em cursos de licenciatura, o que tambm se configura como um grave problema para a educao no Par.

Embora somente a partir da implantao do FUNDEF se comece a dar ateno maior ao problema da "pouca/baixa" formao dos professores que compem a rede estadual de ensino, com registros de investimentos em sua capacitao, esta e uma dimenso dos gastos em educao que as autoridades polticas, governamentais e os movimentos sociais da categoria precisam dar mais ateno no sentido de estimular a ampliao dos gastos na rea por parte do Estado. Conforme evidenciado pelo entrevistado n<sup>o</sup> 3 (INEP- UNDIME Nacional), parte destes custos foi assumido pelos prprios professores, uma vez que a Lei n<sup>o</sup> 9.424/1996 permitia a aplicao de uma parcela (60%) dos recursos que deveriam ser destinados a remunerao dos docentes fosse aplicado na capacitao de professores leigos.

No foi ainda por meio do FUNDEF/FUNDEB que se fez a revoluo da educao bsica na rede estadual de ensino do Par e conseqentemente da real valorizao de seu quadro docente em termos de formao. E necessrio o aporte de novos e mais recursos para a educao e para a valorizao dos profissionais do magistrio.

## Referências

BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. *Diário Oficial da União*. Brasília, 26 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

OIT/UNESCO. *Recomendações da UNESCO/OIT relativas ao Estatuto dos Professores e ao Estatuto do Pessoal do Ensino Superior*. Portugal, 1966.

PARÁ, Assembleia Legislativa do Estado do. Lei Estadual nº 5.810/1994. Dispõe sobre Regime Jurídico Único. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 1994.

PARÁ, Governo do. Secretaria Executiva da Fazenda. *Balanço Geral do Estado*. Belém, 1996 a 2009.

PARÁ, Educacenso/2007. In *Plano Decenal de Formação Docente do Estado do Pará*, 2008. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/resultadoPlanoFormacao>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

PARÁ, Governo do. *Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa*. (1995 - 2009 - Almir Gabriel, Simão Jatene e Ana Julia) - Belém, 2009.

---

## NOTAS

<sup>i</sup> No que se refere a este tipo de dado, especificamente, optou-se por trabalhar com os dados fornecidos pela SEDUC/PA, em função de uma mudança metodológica do MEC na composição de seu banco de dados. Até 2006, os mesmos eram organizados por "função docente", mas a partir de 2007 as sinopses estatísticas produzidas pelo MEC passaram a privilegiar a produção de dados relativos ao "número de professores" e não mais às funções docentes. De acordo com informações fornecidas pelo NUPAE, os dados da série histórica apresentada são de números de funções docentes e não de números de professores.

<sup>ii</sup> Embora este Programa tenha iniciado ainda no Governo Almir Gabriel, ele tem o seu período de execução estendido até o final do governo de Simão Jatene, em 2006.

<sup>iii</sup> Em 1998 a DRH/SEDUC aplicou, junto às unidades regionais de ensino (URE) e escolas-sede, instrumento para identificação e localização da demanda de professores leigos na rede estadual de ensino. Vale ressaltar que foi constatada incoerência entre as informações levantadas e os relatórios gerenciais do sistema de lotação da SEDUC (CTRH, 2006).

---

<sup>iv</sup> Demanda muito superior aos 3000 professores identificados pelo Estudo Diagnóstico realizado pela DRH/CTRH em 1998.

<sup>v</sup> Esta política está diretamente articulada com a Política de Formação Nacional dos Professores da Educação Básica desenvolvida pelo Governo Federal.

<sup>vi</sup> Para melhor gerenciamento das ações educativas no estado do Pará, a SEDUC-PA estabeleceu domínios de gestão denominados Unidades Regionais de Ensino - URE. Cada URE congrega municípios próximos com características geográficas semelhantes.

*Sobre o autor:*

**Fabício Carvalho**, Doutor em Educação pela USP (2012), é professor adjunto do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (ICED/UFPA).

*Enviado em 25 de fevereiro de 2013*

*Aceito em 15 de maio de 2013*